

Inclusão e acessibilidade no Ensino Médio: relato de experiência a partir do estágio supervisionado

Michely Peres de Andradeⁱⁱⁱ

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Larissa Januário de Castroⁱⁱⁱ

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Marina da Costa Lopesⁱⁱⁱ

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil



1

Resumo

Nos últimos anos, o debate sobre inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência tem mobilizado pesquisadores/as, educadores/as e gestores/as. No entanto, para que a educação inclusiva se torne uma realidade, é imprescindível repensarmos a formação de professores/as, as metodologias de ensino e os processos avaliativos. Dito isto, o presente trabalho tem como objetivo trazer um relato de experiência sobre a nossa imersão em três escolas públicas de Fortaleza, através do estágio supervisionado do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará. Como metodologia, foi utilizada a observação participante de inspiração etnográfica. Além das observações, foram realizadas oficinas e aulas expositivas dialogadas como parte integrante das atividades de estágio. Como discussão e resultados deste relato de experiência, ao refletirmos sobre as atividades realizadas nas escolas, constatamos a centralidade do ensino de Sociologia na rede pública como promotora dos direitos das juventudes e das pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Estágio supervisionado. Inclusão. Acessibilidade. Ensino Médio.

Inclusion and Accessibility in Secondary Education: Experience report from the supervised internship

Abstract

In recent years, the debate on inclusion and accessibility for people with disabilities has mobilized researchers, educators and managers. However, for inclusive education to become a reality, it is essential that we rethink teacher training, teaching methodologies and evaluation processes. That said, the present work aims to provide an experience report about our immersion in three public schools in Fortaleza, through the supervised internship of the Degree in Social Sciences course at the State University of Ceará. As a methodology, ethnographically inspired participant observation was used. In addition to the observations, workshops and dialogued expository classes were held as an integral part of the internship activities. As a discussion and results of this experience report, when we reflect on the activities carried out in schools, we see the centrality of teaching Sociology in the public network as a promoter of the rights of young people and people with disabilities.

Keywords: Supervised internship. Inclusion. Accessibility. High school.

1 Introdução

2 Este relato de experiência aborda a problemática da inclusão dos jovens com deficiência no Ensino Médio da rede pública do estado do Ceará. O trabalho tem como ponto de partida o relatório produzido com base na experiência do estágio supervisionado de duas licenciandas do curso de Ciências Sociais, da Universidade Estadual do Ceará-CE. O objetivo das reflexões aqui propostas é chamar atenção para a importância do ensino de Sociologia na escola pública, devido ao potencial deste componente curricular para a promoção da educação em Direitos Humanos.

No primeiro momento, foi realizada a observação participante e o acompanhamento do cotidiano em duas escolas. A primeira escola está localizada em uma área central e recebe estudantes de todos os bairros de Fortaleza. A escola possui um alto desempenho no Ideb e nos índices de aprovação no Enem e vestibulares. A segunda escola, por sua vez, fica localizada em um bairro periférico da cidade, caracterizado pela presença de equipamentos culturais, Organizações Não-Governamentais, movimentos sociais e coletivos juvenis. Embora a escola não se destaque nos índices de aprovação nas avaliações regionais e nacionais, o ambiente parece ser bastante acolhedor. Nota-se que professores/as são dedicados/as e os estudantes expressam o respeito pela instituição de ensino. A terceira escola aparece no contexto do estágio supervisionado a partir de uma aula de campo, devido ao seu reconhecimento como uma escola pública inclusiva, dado o trabalho desenvolvido no atendimento de jovens com deficiência. Atualmente, a escola possui mais de 40 estudantes PCDs¹ matriculados.

Após o período de ambientação, foi realizado o planejamento das atividades e a regência em sala de aula, nas escolas 1 e 2, e produziram reflexões sociológicas sobre as barreiras que as/os jovens com deficiência enfrentam na sua rotina escolar. Como forma de avaliação, foi elaborado um relatório, onde também refletimos sobre

¹ A sigla é utilizada para se referir às pessoas com deficiência.

a ausência do tema da inclusão nas aulas regulares de Sociologia e em atividades extracurriculares.

Para o desenvolvimento das atividades escolares, foram abordados os seguintes conteúdos no decorrer da disciplina de estágio: o debate sobre identidade e diferença na perspectiva da inclusão; os modelos biomédico e social nos estudos sobre deficiência; deficiência e interseccionalidade e o papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na efetivação da inclusão escolar. Como aporte teórico, utilizaremos os trabalhos de Maria Teresa Eglán Mantoan (2003), Adriano Nuenberg (2020) e Debora Diniz (2006) com o objetivo de refletir e analisar a experiência do estágio em questão.

3

2 Metodologia

Utilizando um roteiro de observação ao longo do semestre acadêmico e escolar, analisamos o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, conversamos com professores/as e realizamos a regência por meio de aula expositiva dialogada e um atividade complementar. Ambas as atividades abordaram o tema do capacitismo e da inclusão das pessoas com deficiência na sociedade brasileira, em especial, no ambiente escolar. Também foram observadas a infraestrutura da escola e as mais diversas barreiras para as pessoas com deficiência nos espaços escolares, tais como: barreiras arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais.

Durante as observações, utilizamos o diário de campo para realizar os nossos registros etnográficos, bem como as nossas impressões acerca das atividades realizadas em sala de aula e nos espaços de sociabilidade. Ao longo de todo o estágio, a docente orientadora incentivou às estagiárias na realização da pesquisa como atividade necessária para a formação docente e construção da identidade profissional. Como nos mostra Ghedin (2015), a articulação do estágio com a pesquisa constitui instrumento epistemológico-teórico-metodológico fundamental para a autonomia intelectual, profissional e da identidade docente, tendo em vista a formação de um professor-pesquisador-crítico-reflexivo” (2015, p. 18).

A partir das leituras realizadas ao longo do semestre, começamos a delinear as metodologias utilizadas nas atividades e os recursos didáticos desenvolvidos foram tomando forma. As atividades realizadas durante o estágio supervisionado consistiram em aula expositiva dialogada, um cine-debate e uma oficina. Todas as atividades ocorreram com a supervisão da professora e do professor de Sociologia das duas escolas parceiras.

4 Sobre a primeira atividade, podemos afirmar que tornou-se fundamental realizarmos uma espécie de linha do tempo com o surgimento do movimento da Educação Inclusiva. Consideramos de suma importância que as lideranças do movimento internacional das pessoas com deficiência sejam conhecidas pelos estudantes. Para isso, as estudantes da disciplina de Estágio tiveram acesso ao documentário Crip Camp, que narra a história do primeiro acampamento destinado a pessoas com deficiência nos Estados Unidos.

A experiência do acampamento foi fundamental para a mobilização e protagonismo dos jovens PCDs naquele país, reverberando em todo o mundo. O objetivo de apresentarmos esse documentário, está no seu valor histórico, dado a riqueza de dados e relatos dos seus personagens ao longo de três décadas. O documentário ajudou, portanto, a introduzirmos o tema em sala de aula, no contexto do ensino de Sociologia. Foram trabalhadas as imagens de algumas lideranças, a exemplo de Judith Heumann, e debatemos o lema “Nada sobre nós, sem nós”, ou seja, sobre a representatividade de pessoas com deficiência nas instituições, abordando as condições de convivência em comum nos ambientes públicos e privados.

Como resultado da história internacional de luta das pessoas com deficiência, foi mencionado o trabalho desenvolvido nas salas de recursos multifuncionais. As salas de RM, como são mais conhecidas, tem por objetivo apoiar a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), prestado de forma complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem.

O programa disponibiliza às escolas públicas de ensino regular, equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade para a organização do espaço de atendimento educacional especializado. Cabe ao sistema de ensino, a seguinte contrapartida: disponibilização de espaço físico para implantação dos equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos de acessibilidade, bem como, do professor para atuar no AEE². A Secretaria de Educação apresenta a demanda no Plano de Ações Articuladas (PAR) e indica as escolas a serem contempladas por meio do Sistema de Gestão Tecnológica (Sigetec).

Durante a aula, falamos sobre os recursos disponíveis nesses espaços, quem é o público beneficiado, o trabalho desenvolvido pela professora responsável e como é importante a luta pela garantia do funcionamento desta sala numa escola de periferia. A participação dos estudantes na aula foi crucial para o desenvolvimento da atividade, pois eles e elas apresentavam muitos pensamentos e opiniões sobre o tema abordado. Quando perguntei se eles consideravam o espaço da escola um ambiente inclusivo, alguns disseram que sim, mas a maioria disse que não e deram alguns exemplos. Uma estudante chegou a relatar casos de capacitismo e de violência enfrentados por uma estudante com deficiência auditiva. Devido aos apelidos e chacotas dos estudantes, a jovem deixou de frequentar a escola.

Durante a aula, foi abordado o conceito de Capacitismo, definindo-a como um tipo de violência e um crime sujeito à pena de reclusão. Reforçamos a importância do repúdio a este tipo de ação e direcionamos uma atividade de reflexão, que deveria ser entregue no momento posterior à atividade complementar. Foi solicitado para que eles e elas pensassem em formas de melhoria da infraestrutura, que possibilitassem uma maior acessibilidade de pessoas com deficiência naquela escola. Por outro lado, reforçamos que as barreiras arquitetônicas não são as únicas existentes, tampouco as únicas que as pessoas com deficiência precisam romper.

² <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17430-programa-implantacao-de-salas-de-recursos-multifuncionais-novo>.

As barreiras atitudinais, comunicacionais e pedagógicas são inúmeras no ambiente escolar e precisam ser reconhecidas para, assim, serem superadas.

Uma semana após a aula, foi desenvolvida uma atividade complementar. Escolhemos realizar um cine debate com a mesma turma, no horário da aula de Sociologia, que o professor supervisor gentilmente disponibilizou para a conclusão da atividade de estágio. O filme escolhido foi o curta “Float”, que significa flutuar. A animação é dirigida por Bobby Rubbio, pai de uma criança autista. O diretor quis suscitar o debate sobre as vivências, angústias e descobertas dos cuidadores de uma criança “diferente” dos padrões.

Desse modo, “Float” é sobre uma criança que sabe voar. Ele é diferente das outras crianças, porque possui essa capacidade e o seu pai teme pela sua segurança e bem-estar no convívio social. Por medo, o pai começa a “podar” o bebê, o impedindo de voar. O pai decide sempre mantê-lo no chão com a ajuda de um peso utilizado na sua mochila e isso o entristece profundamente. Porém, percebendo que o filho está deprimido, o pai toma coragem e decide apoiá-lo, permitindo que a criança seja livre e viva da melhor maneira possível, aproveitando ao máximo de sua existência e de sua capacidade de flutuar.

Embora o filme seja muito rápido, afinal, não tem nem seis minutos de duração, é possível perceber a força e a sensibilidade da sua narrativa, ao conseguir despertar o interesse dos jovens e plantar uma semente poderosa nos corações de quem o assiste. Notamos esse potencial nos estudantes da turma em que foi realizado o cine-debate.

Após apresentar o curta, foi solicitado aos estudantes que apresentassem as suas interpretações acerca da animação e o resultado foi maravilhoso, muito melhor que o esperado. Os estudantes rapidamente associaram as suas próprias vivências de si mesmos ou de alguém próximo. Por exemplo, um estudante disse que lembrou dos pais de um colega, que não apoiam a sua vontade em ser desenhista, mesmo conhecendo o seu talento. Nas suas palavras: “então professora, os pais desse meu amigo cortam as asas dele, igual o pai do menino do filme.”

Outro estudante, por sua vez, disse que o curta o fez lembrar dos diversos relatos de pessoas LGBTQIAP+, que muitas vezes são impedidas por seus pais de

se expressarem como tal, com receio da discriminação que encontram na sociedade. Uma estudante afirmou identificar o seu primo autista com o personagem do curta-metragem, uma vez que todos costumam olhá-lo de forma indiscreta e constrangedora quando o mesmo se expressa por meio de movimentos repetitivos. Dito isto, percebe-se que as interpretações foram muito diversas, mas todas muito sensíveis ao tema abordado.

7 Ao fim da atividade, os estudantes perceberam que mudanças na infraestrutura da escola precisam ser feitas, tais como rampas, um refeitório acessível, entre outras ações. Por outro lado, reconheceram que algumas mudanças têm ocorrido, mesmo que lentamente. Uma estudante apontou que, recentemente, os banheiros da escola estavam em reforma e as portas estavam sendo alargadas para darem acesso às pessoas que necessitam de cadeira rodas, por exemplo.

Avaliamos que as metodologias utilizadas, a exemplo da oficina ou do uso do audiovisual, através de trechos do documentário *Crip Camp* e a partir da animação “Float”, conseguiram mobilizar a participação dos jovens, gerando empatia e interesse pelo tema. Os estudantes entenderam que ainda há muito a ser feito, em relação à estrutura e ao acolhimento das pessoas com deficiência nas escolas, seja pela gestão, seja por estudantes ou professores/as. Porém, acreditamos que uma sementinha foi plantada na formação desses jovens que tiveram acesso às atividades promovidas no âmbito do ensino de Sociologia. Reforçamos, nesse sentido, a importância dessa disciplina nas escolas, sobretudo, nas instituições públicas de ensino.

Outra metodologia utilizada durante as atividades consistiu na elaboração e aplicação de um jogo da memória auditiva. Em uma caixa de papelão 5x4 foram colocadas cerca de oito chocalhos com diferentes materiais, tais como papelão e grãos como arroz, milho e sementes. Então, o primeiro passo consistiu em vendar o participante do jogo e guiá-lo até a caixa, mas não sem antes balançá-la para embaralhar os chocalhos. Após isso, o estudante pega a primeira peça e a deixa de fora, balançando novamente as peças do jogo afim de encontrar o seu par que tinha o mesmo som.

A atividade seguinte diz respeito a um circuito montado com os materiais de educação física, como cones, bambolês e uma venda. Toda a atividade foi realizada na quadra poliesportiva, que possibilitou uma maior interação entre os jovens. Nesse circuito elaborado, os estudantes participam em dupla, onde um participante está vendado e o outro encontra-se guiando-o pelo circuito. Em hipótese alguma o estudante vendado pode receber auxílio físico para se locomover no circuito. Este deve ser guiado apenas por voz.

8

Pelos comentários realizados durante a oficina, os estudantes demonstraram compreender como a cidade e o espaço escolar são excludentes e hostis com as pessoas PDCs. Os jovens reconheceram as dificuldades enfrentadas pelos estudantes com deficiência diante da infraestrutura física, dos recursos didáticos e a ausência de libras como uma das línguas estudadas na escola. Realizaram uma leitura muito estimulante sobre o tema da inclusão e acessibilidade, o que demonstra a importância do lúdico nas aulas de Sociologia no Ensino Médio.

Em outro momento, foi realizada uma aula de campo na escola Aauto Bezerra, conhecida por seu trabalho inclusivo, já mencionado anteriormente. Durante a aula de campo, foi possível conhecer o trabalho desenvolvido pela professora e psicopedagoga responsável pela Sala de Recursos Multifuncionais (SRM). Nesse momento, conhecemos um pouco da história da professora e da sala onde ela trabalha, acompanhamos um pouco do atendimento dado, no contraturno escolar, aos estudantes laudados. O acesso à sala de RM não é exclusiva a esses estudantes. Todo e qualquer aluno pode utilizar a sala. Durante a aula de campo, a professora explicou e nos mostrou as atividades que foram feitas por ela e por bolsistas de programas federais como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e a Residência Pedagógica. Ela nos mostrou os materiais na sua riqueza de detalhes. Por exemplo, ela nos explicou como foram desenvolvidos os recursos em Braille, disponíveis na sala, como resposta à alta demanda de estudantes com deficiência visual. Na sala encontramos livros traduzidos em *Braille*, livros de matérias comuns do ensino médio como espanhol, biologia, etc., além de jogos como xadrez, jogos de matemática, química e biologia. Obras clássicas como *A bela adormecida* foi todo traduzido para que os estudantes

pudessem utilizar no contraturno e nos momentos de lazer. A professora responsável pela SRM nos apresentou a alguns alunos PCD e relatou sobre uma ex-estudante da escola que ensina *Libras* no seu canal do Youtube chamado *Thayná e a Surdez (@Thaynabarross)*.

3 Resultados e Discussões

9

Durante o estágio, foram realizadas leituras situadas no campo da educação inclusiva e uma introdução aos estudos sobre deficiência. Dentre os modelos identificados nos estudos sobre deficiência, destacamos o modelo biomédico e o modelo social. O primeiro modelo, compreendia a pessoa com deficiência como aquele que se distancia da norma, do padrão, do normal. Através de dispositivos institucionais, rejeita qualquer possibilidade de existência digna àquelas pessoas que possuem alguma variação corporal ou que possuem algum impedimento de natureza física, sensorial ou intelectual.

O modelo social da deficiência, por sua vez, nasce com os movimentos sociais das décadas de sessenta e setenta, no Reino Unido e nos Estados Unidos. E a partir daqui há uma mudança de perspectiva: o olhar volta-se não para as limitações físicas desses sujeitos, mas sobre as barreiras sociais e culturais impostas às pessoas com deficiência. Questiona-se, desse modo, por que sua corporeidade não é acolhida nos espaços públicos (NUENBERG, 2020). Dessa forma, a deficiência passa a ser compreendida não mais como uma limitação, mas um modo de vida. Com o modelo social da deficiência, a dimensão identitária e comunitária das experiências passa a ser, finalmente, valorizada.

Se a educação inclusiva é uma mudança radical de perspectiva educacional, conforme nos lembra Mantoan (2003), a Educação especial é uma modalidade de ensino destinada a pessoas com deficiência, do espectro autista, pessoas com síndrome de Down, com deficiência intelectual, pessoas com altas habilidades e superdotação. Então é uma modalidade, assim como é a educação quilombola, a educação diferenciada indígena, a educação infantil, a educação de jovens e adultos, entre outras. A educação inclusiva, por outro lado, não é uma modalidade

de ensino, é uma perspectiva, uma nova forma de aprender e de viver a educação. Inclusão é um princípio e uma perspectiva que extrapola os espaços escolares.

A partir de experiências anteriores em disciplinas de Práticas de formação e estágios, sabíamos que o debate sobre educação inclusiva nas escolas de Ensino Médio era uma demanda urgente. Suscitar e promover o debate, mesmo que de maneira bastante pontual, mostra-se necessário para que uma semente seja plantada entre gestores, professores e estudantes. Este consiste no principal objetivo das atividades realizadas através do Estágio supervisionado em Ciências Sociais, ou seja, complementar a formação cidadã, a partir de um tema tão necessário nas escolas. O tema da inclusão nem sempre é debatido de forma responsável, dada a velocidade em que se precisa trabalhar o conteúdo e o currículo ao longo do ano letivo.

Durante o semestre, acompanhamos turmas variadas dos três anos do Ensino Médio. Algumas das turmas, apresentaram, de imediato, uma certa imaturidade e desconhecimento sobre o tema, tratando a discussão em tom de brincadeira. Por exemplo, a escola 2, assim como ocorre no Adauto Bezerra, possui uma sala de Recursos Multifuncionais e um projeto político pedagógico inclusivo, porém, poucos estudantes conhecem a sua real função. A maioria dos alunos acredita que a sala de RM é uma espécie de laboratório para algum tipo reforço.

A partir de relatos dos professores, descobrimos que esse desconhecimento era quase que proposital. Gestores e professores acreditam que não divulgar amplamente a funcionalidade e a razão de ser da sala de Recursos Multifuncionais, seria uma forma de diminuir a violência, o capacitismo e as situações de bullying contra seus usuários, que partiam dos próprios estudantes da escola. Avaliamos, porém, que tal orientação mostra-se totalmente inadequada e ineficiente, se vislumbramos uma escola mais inclusiva e acessível aos estudantes com deficiência. Conhecer a realidade desses jovens é uma primeira forma de gerar empatia entre os estudantes. Importante lembrar, em acordo com a legislação vigente, que o Decreto nº 7.611:

Revoga o decreto Nº 6.571 de 2008 e estabelece novas diretrizes para o dever do Estado com a Educação das

para as pessoas público-alvo da Educação Especial. Entre elas, determina que o sistema educacional seja inclusivo em todos os níveis, que o aprendizado seja ao longo de toda a vida, e impede a exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência. Também determina que o Ensino Fundamental seja gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais, que sejam adotadas medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena, e diz que a oferta de Educação Especial deve se dar preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 2011, n.p.).

Compreendemos que o primeiro passo do estágio supervisionado, na perspectiva da educação inclusiva, é promover o debate qualificado sobre o tema, despertar o interesse e explicar aos estudantes a utilidade daquela sala, assim como a história do movimento social das pessoas com deficiência ao longo dos séculos XX e XXI. Conhecer a história de luta dos PCDs e a conquista dos seus direitos, é fundamental para nós, professores/as e licenciandos/as. Também torna-se imprescindível para a comunidade escolar como um todo, a fim de que a mesma possa proteger e defender esses espaços que são frutos de políticas públicas.

Podemos afirmar que a resposta dos estudantes às atividades realizadas foi bastante positiva, mesmo considerando as particularidades de cada escola. São realidades escolares distintas, com projetos e perfis discentes também divergentes, mas que demonstram a urgência do debate sobre o tema nas aulas regulares. Enquanto a escola 1 é reconhecida como uma instituição de ensino referencial para os estudantes que desejam ingressar nas universidades, a escola 2 é localizada na periferia de Fortaleza e não costuma ostentar o mesmo prestígio. Contudo, o que observamos é que a segunda escola, embora receba menos recursos do governo estadual, defende um projeto de educação inclusiva no seu Projeto Político Pedagógico (PPP) e possui uma sala de Recursos Multifuncionais destinada a estudantes com deficiência.

No tocante ao debate sobre inclusão e acessibilidade, foi possível perceber que a recente reforma realizada na escola 1 não foi suficiente para garantir a acessibilidade dos estudantes com deficiência. A estrutura física ainda carece de rampas ou elevadores, e um piso tátil para deficientes visuais, direitos esses

estabelecidos por lei. Foi possível compreender, por outro lado, que apenas ter uma infraestrutura física acessível não é suficiente. A educação inclusiva, enquanto princípio educativo, necessita de um corpo docente capacitado para o ensino acessível e uma gestão que acolha as diferenças.

O ensino inclusivo também necessita de materiais e espaços adaptados para auxiliar esses estudantes no ambiente escolar, mas isso infelizmente não se faz presente na escola 1 (escola de referência). De acordo com o relato da professora supervisora, a escola depara-se com barreiras burocráticas impostas pelo governo do estado do Ceará. Ao longo da nossa imersão na escola, observamos algumas poucas rampas de acesso, que não se mostram suficientes para quem tem dificuldade de locomoção. A gestão escolar, nesse sentido, precisa ser firme para a efetivação das políticas públicas no chão da escola e garantia dos direitos dos jovens PCDs.

A partir da leitura do livro de Maria Teresa Mantoan, intitulado *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* (2003), fomos observando nas escolas as diferenças entre a integração e a efetiva inclusão. Foi possível compreender as ambiguidades e conflitos existentes nas escolas, já que esses espaços, por vezes, proporcionam momentos inclusivos. Em outros momentos, porém, as escolas se apresentam como palcos de discriminação e capacitismo. A acessibilidade que a escola Adauto Bezerra promove deveria ser comum em todas as escolas públicas, tanto de ensino infantil, quanto o fundamental e médio. Infelizmente, são raras as escolas adaptadas para receber esse público tão invisibilizado. É nítido o zelo da gestão dessa escola para com os estudantes, por outro lado, como afirma o próprio diretor da escola, embora esta seja uma referência no que diz respeito à inclusão, está longe de ser o ideal que almejamos. Nesse sentido, a inclusão permanece um horizonte a ser conquistado.

4 Considerações Finais

As reflexões teóricas e as observações nos ajudaram na elaboração do plano de atividades e na escrita do relatório final da disciplina de Estágio supervisionado.

Com esses referenciais teóricos, foi possível compreender, ainda, o lugar que o ensino de Sociologia ocupa na promoção dos direitos das pessoas com deficiência e na valorização das diferenças no ambiente escolar. “Os aprendizados com essa experiência são diversos, mas um deles se destaca: a compreensão de que as universidades precisam se aproximar mais das escolas” (CASTRO, 2023, p. 1). A escola pública e as universidades necessitam de debates sobre a inclusão de pessoas com deficiência e como esta deve ocorrer em todas as etapas de ensino e no mercado de trabalho.

É importante enfatizar que, ao longo dos meses em que estivemos acompanhando as respectivas escolas, procuramos respeitar e compreender as especificidades de cada unidade de ensino que nos recebeu, apontando os potenciais e desafios quando o assunto é educação inclusiva, infraestrutura, acessibilidade e relações interpessoais.

Referências

BRASIL. **Decreto Nº 7.611, de 17 de Novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 9 out. 2023.

CASTRO, Larissa et tal. Estágio supervisionado na perspectiva da Educação inclusiva em duas escolas públicas de Fortaleza. In: 8º Encontro Nacional para o Ensino de Sociologia na Educação Básica, Belém, 2023, **Anais**. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/eneseb/2023/TRABALHO_EV186_MD4_ID734_TB198_02052023125734.pdf. Acesso em: 9 out. 2023.

DINIZ, Debora. **O que é Deficiência.** Coleção Primeiros Passos. Ed. Brasiliense, 2006.

GHEDIN, Evandro. **Estágio com pesquisa.** São Paulo, Editora Cortez, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção cotidiano escolar).

NUERNBERG, Adriano Henrique. O capacitismo, a educação e a contribuição do campo de estudos sobre deficiência para educação inclusiva. In: MACHADO, Rosângela; MANTOAN, Maria T. E. (org.). **Educação e inclusão: entendimentos, proposições e práticas.** Blumenau: FURB, 2020. p. 45-60.

ⁱ **Michely Peres de Andrade**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3279-0639>

Universidade Estadual do Ceará

Cientista social. Mestre e doutora em Sociologia pela UFPE. Professora Adjunta do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações Étnico-Raciais, Gênero e Educação Inclusiva (GERE - UNILAB/UECE).

Contribuição de autoria: Contribuiu com a discussão teórico-metodológica, além da revisão.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0247113940505159>

E-mail: michely.andrade@uece.br

ⁱⁱ **Larissa Januário de Castro**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1795-1411>

Universidade Estadual do Ceará

Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Estadual do Ceará e integrante do Programa de Residência Pedagógica de Ciências Sociais.

Contribuição de autoria: Contribuiu como autora do relato de experiência, descrevendo as atividades realizadas nas escolas e realizando análises sobre o seu estágio.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5496969440230706>

Email: larissa.januario@aluno.uece.br

ⁱⁱⁱ **Marina da Costa Lopes**, ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-7284-5252>

Universidade Estadual do Ceará

Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Estadual do Ceará e integrante do Programa de Residência Pedagógica de Ciências Sociais.

Contribuição de autoria: como autora do relato de experiência, descrevendo as atividades realizadas nas escolas e realizando análises sobre o seu estágio.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2198551385674044>

Email: marina.lopes@aluno.uece.br

Editora responsável: Karla Colares Vasconcelos

Como citar este artigo (ABNT):

ANDRADE, Michely Peres de; CASTRO, Larissa Januário de; LOPES, Marina da Costa. Inclusão e acessibilidade no Ensino Médio: relato de experiência a partir do estágio supervisionado. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 4, n. 1, 2023.